

# Brasil volta a ter crédito japonês

JOSÉ MEIRELLES PASSOS  
Correspondente

## Camdessus promete dar todo o apoio ao acordo da dívida

SILVIA FARIA  
Enviada especial

WASHINGTON — Após um afastamento de sete anos, o Eximbank do Japão voltou ontem a emprestar dinheiro ao Brasil. Os financiamentos estavam suspensos desde a decretação da moratória da dívida externa, em 1985. O primeiro pacote dessa nova fase, assinado no início da tarde, é de US\$ 300 milhões: US\$ 250 milhões serão aplicados na modernização de indústrias privadas, e US\$ 50 milhões vão ser investidos no controle da poluição industrial.

O ministro Marcílio Marques Moreira assinou os contratos na sede do Banco Mundial (Bird), que também liberou ontem US\$ 50 milhões para serem acrescentados ao projeto de controle da poluição. Já de posse dos documentos, que garantiram portanto um total de US\$ 350 milhões em financiamentos, a equipe econômica brasileira ouviu duas novas promessas. A primeira, dos japoneses:

— A retomada dos empréstimos ao Brasil representa a confiança do Japão no país. A tendência é surgirem novos financiamentos daqui por diante — disse o presidente do Eximbank, Mitsuhide Yamaguchi.

Marcílio também ouviu da retórica do Bird a promessa de mais dois empréstimos, a serem concedidos daqui a um mês:

— Vamos receber US\$ 396 milhões para serem aplicados na Rede Ferroviária Federal e mais US\$ 200 milhões para a Cenibra, uma empresa de papel e celulose associada à Companhia Vale do Rio do Doce.

O projeto de modernização da indústria, que está sendo tocado pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), tem um valor total de US\$ 500 milhões. O Eximbank entrou com metade desse valor, e a contrapartida será coberta com igual quantia a ser financiada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O programa de controle da poluição também será dividido em duas partes iguais: US\$ 50 milhões dos japoneses e outro tanto será investido pelo BNDES e pelas próprias indústrias — em partes iguais.

O outro projeto de controle de poluição, cujo valor total também é de US\$ 100 milhões, será financiado da mesma forma.

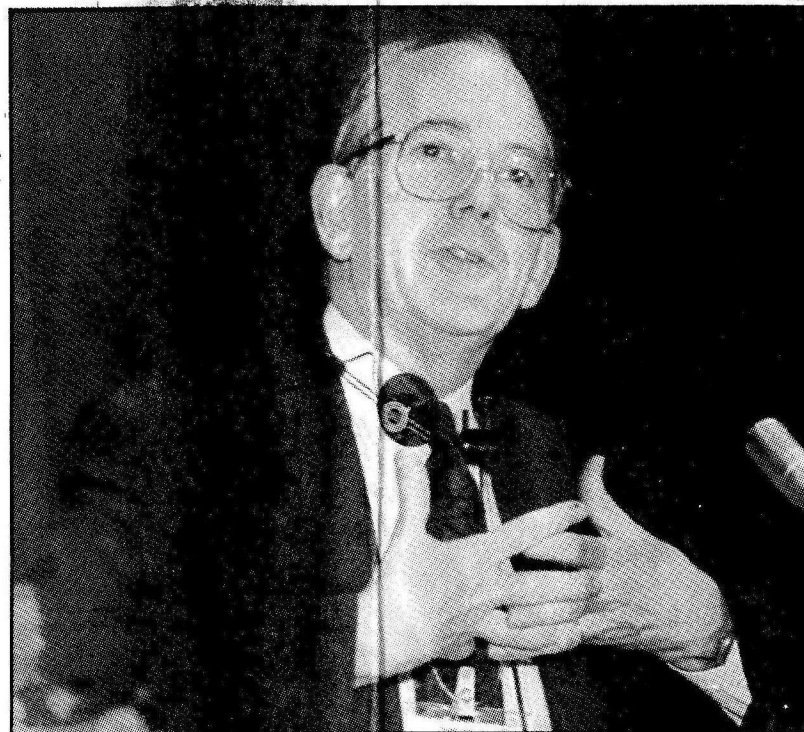
WASHINGTON — O ministro da Economia, Marcílio Marques Moreira, colheu ontem a mais concreta manifestação de apoio à política econômica do Governo. O diretor-gerente do Fundo Monetário Internacional, Michel Camdessus, depois de encontro de 40 minutos com Marcílio, prometeu enviar carta à comunidade financeira internacional, referendando o acordo da dívida externa brasileira. A carta será enviada assim que o Senado Federal aprovar o **term sheet** do acordo (minuta do contrato negociado entre o Governo e os credores). O ministro e o comitê dos bancos divulgaram ontem comunicado conjunto anunciando a conclusão do **term sheet**.

Segundo relato do senador José Fogaça (PMDB-RS), presente ao encontro, Camdessus prometeu fazer todo o possível para ajudar o Brasil. Marcílio, por sua vez, disse que teve ontem o seu encontro mais produtivo em seis anos, desde que serviu como embaixador em Washington.

— Agora, só depende de nós — disse o ministro.

Na noite anterior, em visita à Casa Branca, acompanhando os representantes do comitê interno do FMI, Marcílio havia recebido manifestações de apoio à política econômica diretamente do presidente dos EUA, George Bush, de seu ex-secretário de Estado e atual chefe de campanha, James Baker, e do secretário do Tesouro, Nicholas Brady.

Os banqueiros também demonstraram interesse na rápida



Camdessus, do FMI: carta à comunidade financeira internacional apoiando o Brasil

conclusão do acordo da dívida. Ao deixar a sede do FMI, Marcílio teve um encontro rápido com o presidente do comitê assessor dos bancos credores, William Rhodes, e com o presidente do Citicorp, John Reed, com os quais terá audiência amanhã. O ministro ouviu de ambos as mesmas palavras de apoio.

— Se depender de nós, o **term sheet** será encaminhado ao Senado, haja o que houver — afirmou Reed, em referência à votação do impeachment do presidente Fernando Collor.

Para Marcílio, a crise política não interfere na evolução das negociações, porque "o país está acima dos homens".

— As negociações nada têm a ver com o voto do impeachment. Temos a ética da responsabilidade. E um dever que temos de cumprir com o Brasil — frisou.

A crise não inviabiliza o acordo, mas estimula os banqueiros a apressarem suas providências para uma rápida conclusão dos detalhes finais. Isto porque ainda levará algum tempo até o Brasil começar a trocar a dívida por bônus. Segundo o diretor da Área Externa do Banco Central, Arminio Fraga, o Senado deve levar seis semanas para aprovar o **term sheet** e, depois, os bancos terão mais sete semanas para concluir o processo de adesão às opções previstas no acordo.